

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do
Hospital Materno Infantil - HMI
Goiânia - GO

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do **Hospital Materno Infantil - HMI** (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Materno Infantil - HMI** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, e ainda em observação aos preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 22 de março de 2019.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 GO 001837/F-4

Antomar de Oliveira Rios

Antomar de Oliveira Rios
Contador CRC BA 017715/O-5 - S - GO

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

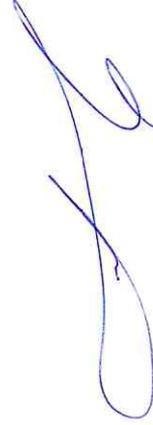
Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.697	8.481	Fornecedores	7	15.103	9.069
Contas a receber	4	32.515	19.225	Obrigações sociais e trabalhistas	8	5.131	4.938
Estoques	5	954	636	Obrigações fiscais	9	518	502
Impostos a Recuperar	1	-	-	Outras obrigações	10	15.921	39
Outras contas a receber		345	657	Partes relacionadas	6	463	463
Total do ativo circulante		39.512	28.999	Provisão para contingências	12	252	252
				Total do passivo circulante		37.388	15.263
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Partes relacionadas	6	2.376	2.376	Provisão para encargos trabalhistas INSS - Cebas	11	4.500	16.112
Total do ativo não circulante		2.376	2.376	Total do passivo não circulante		4.500	16.112
Total do ativo		41.888	31.375	Total do passivo		41.888	31.375

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Lucas Silva Carvalho

Contador

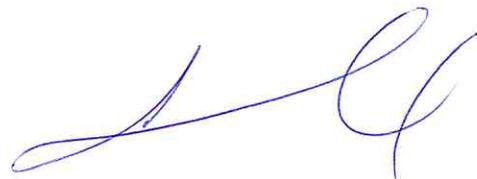
CRC: BA - 033770/0

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita de serviços		134.581	102.708
Custo dos serviços prestados	13	(115.740)	(100.504)
Resultado bruto		18.841	2.204
Receitas/(Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(14.424)	(12.814)
Outras Receitas		30	-
Receitas financeiras		186	398
Despesas financeiras		(360)	(376)
Superávit/(Déficit) do exercício		4.273	(10.588)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Lucas Silva Carvalho
Contador
CRC. BA - 033770/O

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Das atividades operacionais		
Superávit líquido/(Déficit) do exercício	4.273	(10.588)
Ajustes para reconciliar o superávit/(déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	-	20
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	-	4.411
Provisão para rescisões trabalhistas	-	(1.997)
Provisão para encargo INSS - Cebas	(11.612)	5.827
	<u>(7.339)</u>	<u>(2.327)</u>
Aumento/(diminuição) nos ativos e passivos		
Contas a receber	(17.563)	14.266
Estoques	(318)	202
Outras contas a receber	312	(42)
Partes relacionadas	-	578
Depósitos judiciais	-	73
Fornecedores	6.034	1.290
Obrigações sociais e trabalhistas	193	(373)
Obrigações fiscais	16	(534)
Outras obrigações	15.881	(13.308)
Caixa (aplicado) nas atividades operacionais	<u>(2.784)</u>	<u>(175)</u>
Das atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado e intangível	-	(53)
Caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(53)</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.784)</u>	<u>(228)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.481	8.709
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.697	8.481
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.784)</u>	<u>(228)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Lucas Silva Carvalho
Contador
CRC: BA - 033770/O

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Instituto de Gestão e Humanização - IGH é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, fundada em 09 de abril de 2010, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas a saúde no intuito de poder contribuir com a melhoria da assistência médica e das políticas de saúde em nossa comunidade. É uma instituição de Utilidade Pública, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) do Estado de Goiás, 100% SUS.

Através de decisão dos membros da Assembleia Geral e do Conselho de Administração do IGH, em 03 de setembro de 2012 foi criada uma filial na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, a qual se encontra sediada na Av. Perimetral, nº 1722, quadra 37, lote 74, sala 101, Setor Coimbra, com registro no CNPJ sob o nº 11.858.570/0002-14. Esta filial tem como finalidade precípua a gestão do hospital público vinculado à Secretaria de Estado da Saúde do Estado de Goiás - SES/GO, denominado Hospital Materno Infantil - HMI, conforme Contrato de Gestão Nº 131/2012-SES-GO, assinado em 29 de junho de 2012, com objetivo de consolidar a identidade e a imagem do HMI como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do SUS em sua região, comprometido com sua missão de assistência, sendo executado de forma a garantir a eficiência, eficácia e efetividade e garantindo o atendimento exclusivo aos usuários do SUS no estabelecimento de saúde cujo uso nos fora permitido.

Este contrato de gestão possui prazo original de doze meses e valor global estimado em R\$ 51.168, o qual vem sendo renovado anualmente.

O sexto termo aditivo prorrogou o prazo de vigência do contrato por doze meses, com início em 29 de junho de 2017 e término em 28 de junho de 2018, com o valor global estimado em R\$ 117.800. Até a presente data, o contrato de gestão ainda não havia sido renovado, embora os valores contratados estejam sendo recebidos regularmente.

Conforme consta do contrato de gestão, a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do mesmo e, por esta razão, a Administração decidiu não reconhecer como ganho/perda patrimonial os superávits/déficits provisórios apurados até o momento.

O Instituto é uma Entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit.

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Em 11 de abril de 2018 o IGH teve deferido seu pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pelo período de 3 anos a contar da data de Publicação no Diário Oficial. Com a obtenção da renovação o Instituto e, conseqüentemente, os contratos sob a sua gestão continuam sendo beneficiados pela suspensão da obrigatoriedade de arrecadação da cota patronal (previdenciária) do INSS incidente sob a folha de pagamento.

2. Resumo das principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017, abrangem apenas as operações do Hospital Materno Infantil - HMI sob a gestão do Instituto de Gestão e Humanização-IGH.

Estas demonstrações contábeis apresentam o resumo dos registros decorrentes dos fluxos financeiros associados a um contato de gestão de uma Entidade que não possui patrimônio próprio, realizando as suas atividades operacionais em nome da SES-GO que é a proprietária do patrimônio físico (edificações, equipamentos, etc.) através do qual são realizadas as atividades hospitalares.

Por esta razão, não está sendo apresentada a demonstração das mutações do patrimônio líquido. Considerando-se que a Entidade gestora não terá qualquer perda ou ganho quando da finalização do contrato, o superávit (déficit) acumulado até a data do balanço é reconhecido numa conta de passivo (se superávit a ser devolvido ao contratante) ou de ativo (se déficit a ser ressarcido pelo contratante), até que ocorra a sua realização financeira.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis descritas a seguir, observando os preceitos da Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG 2002 - Entidades sem Finalidades de Lucros.

Essas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Administração da Entidade em 22 de março de 2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Entidade exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Entidade adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes.

Os principais valores estimados decorrem da provisão para contingências. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber

Representa o saldo de repasses mensais a receber e déficits acumulados dos exercícios anteriores, os quais a Administração da Entidade classifica como créditos a receber da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, decorrentes do desequilíbrio do contrato ao longo dos anos.

Conforme definido no contrato com a SES/GO essa operação não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora. Dessa forma, os superávits/déficits acumulados não foram reconhecidos como ganho/perda patrimonial na expectativa de que serão compensados/reembolsados.

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

2.6. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição que não excede ao valor de mercado ou ao valor líquido de realização, ajustados por provisão para perdas, se necessária.

2.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por mercadorias ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades executadas, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.8. Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.9. Provisão para encargos trabalhistas INSS - CEBAS

O valor correspondente ao benefício de isenção previdenciária sobre a folha de pagamentos da Entidade (isenção da cota patronal) é valorizado e reconhecido em conta de provisão específica no passivo não circulante, de maneira sistemática, ao longo do período, à medida que as despesas com pessoal são incorridas e registradas contabilmente.

Os custos e despesas correspondentes à contribuição previdenciária patronal são apurados e registrados na apuração do resultado do exercício como se devidos fossem.

A Administração da Entidade optou por provisionar os valores referentes aos encargos previdenciários até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Ainda que não liquidada financeiramente a provisão dos valores correspondentes à isenção previdenciária não é acrescida da incidência de encargos de mora, na expectativa de que estas provisões não serão liquidadas, isto porque o IGH, na qualidade de entidade filantrópica de assistência à saúde goza do benefício da sua isenção.

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

2.10. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade.

2.11. Reconhecimento de receitas e custos - apuração do resultado

O resultado de cada exercício é apurado pelo regime de competência.

Considerando-se que o contrato de gestão estabelece que a operação do HMI não gerará superávit ou déficit para a Entidade gestora, o superávit ou o (déficit) apurado é reconhecido numa conta de passivo ou de ativo, respectivamente, até que ocorra a sua realização financeira.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa e bancos	4.000	7.319
Aplicações financeiras	1.697	1.162
	<u>5.697</u>	<u>8.481</u>

As aplicações financeiras referem-se em sua maioria a aplicações em CDB/RDB, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os recursos recebidos em razão do contrato são alocados em conta corrente criada especificamente para geri-los e aplica-los. O IGH é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por força do contrato de gestão, inclusive o recurso em caixa.

4. Contas a receber

	2018	2017
Repasse de custeio (i)	29.005	6.744
Repasse de ressarcimento (ii)	3.510	7.039
Direito de execução de contrato (iii)	-	5.442
	<u>32.515</u>	<u>19.225</u>

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

- (i) Refere-se ao valor dos repasses mensais dos contratos de gestão ainda não recebidos do órgão público contratante;
- (ii) Representa os déficits apurados nas operações dos contratos de gestão quando já negociados e reconhecidos em acordos específicos com o órgão público contratante. Através deste crédito é reconhecido o direito de a Entidade receber por serviços executados em volume e/ou valor maior do que o efetivamente contratado;
- (iii) Representa os déficits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos ou cujas negociações ainda não foram efetivadas até 31 de dezembro de 2018 e 2017.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está assim demonstrada:

	Repasso de custeio	Repasso de ressarcimento	Direito de execução de contrato	Total
Saldo inicial	6.744	7.039	5.442	19.225
Faturamento	134.581	-	-	134.581
Glosa/custos ou despesas c/folha SES	(38.730)	-	-	(38.730)
Recebimento de recursos	(75.856)	-	-	(75.856)
Apuração de resultado	-	-	(4.273)	(4.273)
Ajuste de repasse de custeio	1.612	(3.529)	1.918	1
Ajuste de contas a receber	-	-	-	-
Baixa do saldo - Suspensão glosas - folha SES	654	-	(654)	-
Baixa do saldo - Provisão INSS - Cebas	-	-	(18.318)	(18.318)
Baixa do saldo - diversos	-	-	(30)	(30)
Transferência para o passivo (Repasses Recebidos a Executar)	-	-	15.915	15.915
Saldo final	<u>29.005</u>	<u>3.510</u>	<u>-</u>	<u>32.515</u>

5. Estoques

	2018	2017
Material médico hospitalar	386	273
Medicamentos	418	220
Materiais diversos e outros	108	108
Materiais de limpeza	13	21
Dietas enterais e parenterais	29	14
	<u>954</u>	<u>636</u>

6. Partes relacionadas

Ativo	2018	2017
Maternidade Nossa Senhora de Lourdes - MNLS	<u>2.376</u>	<u>2.376</u>
	<u>2.376</u>	<u>2.376</u>
Passivo	2018	2017
Hospital de Urgência de Aparecida de Goiânia - HUAPA	<u>463</u>	<u>463</u>
	<u>463</u>	<u>463</u>

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Referem-se a empréstimos entre unidades administradas pelo IGH. Tais recursos, visaram liquidar compromissos vitais a operação da unidade e estão relacionados a pagamentos de salários e encargos sociais, além de fornecimento de materiais e serviços. Estes empréstimos não estão sujeitos a atualização monetária e incidência de juros.

7. Fornecedores

Referem-se aos saldos a pagar decorrentes de aquisições de materiais (medicamentos, gases medicinais e insumos hospitalares diversos) e serviços necessários à atividade operacional do HMI, para atendimento ao Contrato de Gestão, e não estão sujeitos a encargos.

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisões para férias	2.935	2.792
Salários e ordenados	1.556	1.519
INSS a recolher	162	158
Encargos sobre férias	235	223
FGTS a recolher	162	161
PIS s/ folha de pagamento	-	-
FGTS 13º salário	76	72
Contribuição sindical	2	2
Outras	3	11
	<u>5.131</u>	<u>4.938</u>

9. Obrigações fiscais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
IR a recolher s/ folha de pagamento	236	238
INSS a recolher - PJ	83	83
ISS a recolher	90	80
PIS/COFINS/CSLL a recolher	74	79
IRPF a recolher	35	22
	<u>518</u>	<u>502</u>

10. Outras obrigações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Repasses Recebidos a Executar (a)	15.915	-
Outros	6	39
	<u>15.921</u>	<u>39</u>

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

- (a) Conta transitória dos recebimentos dos repasses. Os déficits e superávits acumulados apurados nas operações dos contratos de gestão ainda não recebidos são lançados nas contas a receber, conforme movimentação na nota 4. Quando o saldo apresentado é credor, o montante é transferido para o passivo, nesta conta.

11. Provisão para encargo INSS - CEBAS

Como entidade privada sem fins lucrativos, o Instituto de Gestão e Humanização - IGH, em atendimento à Lei nº 12.101/09 e à Portaria do Ministério da Saúde nº 1.970 de 16 de agosto de 2011, atende aos requisitos legais para obtenção e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS SAÚDE.

Dentre as opções de requisitos para a manutenção do CEBAS SAÚDE, o IGH optou por atender ao percentual mínimo de 60% de prestação de serviços ao SUS, medido principalmente através da unidade paciente-dia. Assim, considerando que o IGH oferta ao SUS 100% (cem por cento) dos serviços de saúde da sua unidade própria (Hospital de Capim Grosso), o IGH obteve o seu Certificado - CEBAS Saúde.

Embora entenda que os benefícios da imunidade tributária e de isenção de contribuições sociais também se aplicam aos contratos sob a sua gestão, a Administração do IGH optou por registrar as provisões dos encargos previdenciários (cota patronal do INSS), sem recolhe-los, até que o período de 3 anos de vigência do certificado CEBAS esteja decorrido e que o pedido de renovação do certificado seja analisado e aprovado pelo Ministério da Saúde.

Desta forma, as provisões dos encargos previdenciários incorridos no exercício estão sendo reconhecidos mensalmente no resultado operacional da Entidade, como se devidos fossem.

Em abril de 2018, a Entidade renovou o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Como consequência, a Administração reverteu todo o saldo provisionado até abril de 2018.

A Entidade optou por manter provisionado saldo do INSS (CEBAS) para o período de maio de 2018 a dezembro de 2018, mesmo possuindo certificado vigente à época.

A movimentação do saldo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram a seguinte:

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	2018	2017
Saldo inicial	16.112	10.285
Provisão INSS - CEBAS	6.706	6.360
Reversão de provisão (i)	(18.318)	(533)
Saldo final	4.500	16.112

(i) Refere-se a reversão da provisão constituída até abril de 2018. Os valores foram reclassificados para a conta de Direito de Execução de Contrato, vide nota explicativa nº 4.

12. Provisão para contingências

A Entidade figura como ré em algumas demandas judiciais de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para contingências avaliada pela Administração corresponde a R\$ 252, registrada no passivo circulante.

A Entidade possui ainda processos de natureza trabalhista e cível classificados pelos assessores jurídicos com expectativa de perda "Possível" no montante de R\$ 3.555.

13. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Medicamentos e materiais (a)	(7.757)	(7.381)
Pessoal (b)	(74.027)	(61.861)
Serviços prestados (c)	(33.956)	(31.262)
	115.740	(100.504)

(a) O saldo de custo com medicamentos e materiais tem a seguinte composição:

	2018	2017
Medicamentos	(2.446)	(1.908)
Materiais hospitalares	(3.263)	(3.129)
Gases hospitalares	(319)	(256)
Materiais de laboratório	(22)	(66)
Materiais de odontologia	(20)	(34)
Órteses e Próteses	(17)	(38)
Dietas enterais	(186)	(125)
Dietas parenterais	(574)	(792)
Materiais de uso e consumo	(910)	(1.033)
	(7.757)	(7.381)

(b) O saldo de custo com pessoal tem a seguinte composição:

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e ordenados	(18.202)	(16.892)
INSS - CEBAS (ii)	(6.706)	(6.359)
13º salário	(2.084)	(1.873)
Férias	(2.690)	(2.634)
Rescisões	(291)	(430)
Prêmios e gratificações	(534)	(450)
Horas extras	(238)	(766)
Glosa/custos ou despesas c/folha (i)	(38.277)	(27.639)
Adicionais	(2.675)	(2.328)
Vale transporte	(426)	(390)
FGTS	(1.884)	(2.374)
OUTROS	(20)	274
	<u>(74.027)</u>	<u>(61.861)</u>

(i) Para operacionalização do contrato de gestão foram cedidos funcionários estatutários da SES-GO para compor o quadro de pessoal do HMI, e foram mantidos contratos firmados com PJ cujos pagamentos continuaram sendo realizados pelo Estado. Por esse motivo, esses valores são deduzidos do repasse das subvenções mensais. Portanto, em atendimento ao princípio contábil da essência sobre a forma, esses valores foram reconhecidos na contabilidade do IGH/HMI, pois em essência os mesmos trabalham e prestam serviços no HMI e são remunerados/pagos com recursos provenientes do Contrato de Gestão.

(ii) Refere-se a cota patronal do INSS, vide nota explicativa nº 11.

(c) O saldo de custo com serviços prestados tem a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Honorários médicos	(18.403)	(14.452)
Serviço de limpeza e higienização	(4.162)	(4.094)
Serviço de lavanderia	(680)	(116)
Serviço de segurança patrimonial	(2.241)	(2.694)
Serviço de laboratório e radioterapia	(2.423)	(2.525)
Serviço de nutrição	(4.418)	(6.211)
Serviço de engenharia clínica	(1.176)	(1.170)
Glosas fornecedores SES	(453)	-
	<u>(33.956)</u>	<u>(31.262)</u>

14. Despesas administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços de manutenção	(2.910)	(3.281)
Serviços de processamento de dados	(476)	(429)
Serviços gerais	(3.466)	(2.534)
Alugueis imóveis	(2.060)	(2.451)
Alugueis gerais	(4.266)	(2.258)
Impostos e taxas	(95)	(84)
Serviços gerais	(1.061)	(1.684)
Depreciação e amortização Bens permanentes	(90)	(93)
	<u>(14.424)</u>	<u>(12.814)</u>

HOSPITAL MATERNO INFANTIL - HMI

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

15. Seguros (não auditado)

O contrato de gestão não estabelece a obrigação do gestor (IGH) contratar cobertura de seguro para os principais ativos físicos do HMI, compatíveis com os riscos associados com o porte e natureza dos ativos e das operações.

As premissas adotadas para a avaliação da importância segurada e riscos contidos, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.